



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO  
CURSO BACHARELADO EM SEGURANÇA PÚBLICA

DANTE COUTINHO DA SILVA FREITAS

**ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA COM A  
SEGURANÇA PÚBLICA EM RORAIMA.**

Boa Vista - RR  
2021

DANTE COUTINHO DA SILVA FREITAS

Artigo apresentado ao curso de Segurança Pública da Universidade Estadual de Roraima – UERR, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Segurança Pública.

**Orientador: Prof. M.sc. Wanderley Gurgel de Almeida.**

**Copyright © 2021 by Dante Coutinho da Silva Freitas**

Todos os direitos reservados. Está autorizada a reprodução total ou parcial deste trabalho, desde que seja informada a **fonte**.

Universidade Estadual de Roraima – UERR  
Coordenação do Sistema de Bibliotecas  
Multiteca Central  
Rua Sete de Setembro, 231 Bloco – F Bairro Canarinho  
CEP: 69.306-530 Boa Vista - RR  
Telefone: (95) 2121.0946  
E-mail: biblioteca@uerr.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F866a	<p>Freitas, Dante Coutinho da Silva. Análise sobre as relações da migração Venezuelana com a Segurança Pública em Roraima / Dante Coutinho da Silva Freitas. Boa Vista (RR) : UERR, 2021. 31 f. : il. Color. ; PDF</p> <p>Orientador: Prof. Me. Wanderley Gurgel de Almeida.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual de Roraima (UERR), Curso Bacharelado em Segurança Pública.</p> <p>1. Segurança Pública. 2. Migração Venezuelana. 3. Roraima. I. Wanderley Gurgel de Almeida (orient.) II. Universidade Estadual de Roraima – UERR III. Título.</p> <p style="text-align: center;">UERR.Tcc.Gra.Seg.Púb.2021 <span style="float: right;">CDD – 363.3</span></p>
-------	---

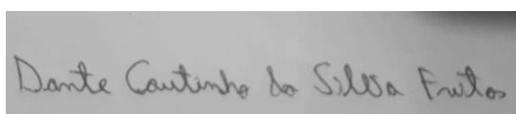
Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária  
Letícia Pacheco Silva – CRB 11/1135

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO  
CURSO DE BACHARELADO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**TERMO DE AUTORIA**

Eu, DANTE COUTINHO DA SILVA FREITAS, acadêmico regularmente matriculado no curso de Bacharelado em Segurança Pública, declaro para os devidos fins legais, que sou autor do artigo apresentado para defesa. Conforme determina a Lei 9.610/98, estou ciente quanto às penalidades do plágio, isentando a Universidade Estadual de Roraima e Orientador de quaisquer responsabilidades em caso de atos violação de direitos autorais.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2021.

A rectangular box containing a handwritten signature in black ink. The signature reads "Dante Coutinho da Silva Freitas".

**DANTE COUTINHO DA SILVA FREITAS**

## **ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA COM A SEGURANÇA PÚBLICA EM RORAIMA.**

### **ANALYSIS ON RELATIONSHIPS BETWEEN VENEZUELAN MIGRATION AND PUBLIC SAFETY IN RORAIMA.**

Dante Coutinho da Silva. Freitas<sup>1</sup>  
Wanderley Gurgel de Almeida<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo trata sobre as relações entre a recente migração de venezuelanos para Roraima e as questões de Segurança Pública no estado. Objetiva analisar os dados de segurança pública no estado entre os anos de 2014 (período anterior ao início da migração venezuelana) e 2020, no sentido de observar a evolução cronológica desses dados. Como objetivos específicos pretendeu-se aqui averiguar a evolução dos investimentos em segurança pública neste mesmo período e também fazer uma relação entre os dados de criminalidade e de investimentos/ações em segurança pública. Trata-se de um estudo teórico- empírico, uma vez que buscou analisar os processos que envolvem a migração e a segurança Pública, assim como analisar os resultados já obtidos em trabalhos práticos já realizados. Tem-se então que a base desta pesquisa é a revisão bibliográfica e de dados e sua posterior análise. A pesquisa concluiu que existe uma relação intrínseca do aumento da violência após a chegada dos migrantes coma falta de investimento em um acolhimento humanitário e permanente dos mesmos, pois uma vez que houve aumento na arrecadação no período, não houve o mesmo aumento no investimento, desmistificando, em partes, ideias de senso comum que atribuem aos migrantes venezuelanos a culpa por todos os problemas do estado de Roraima.

**Palavras-chave:** Segurança Pública; Migração Venezuelana; Roraima.<sup>1</sup>

**ABSTRACT:** This article deals with the relationship between the recent migration of Venezuelans to Roraima and public security issues in the state. It aims to analyze public security data in the state between 2014 (the period before the start of the Venezuelan migration) and 2020, in order to observe the chronological evolution of these data. As specific objectives, it was intended here to investigate the evolution of investments in public security in the same period and also to make a relationship between data on crime and investments/actions in public security. This is a theoretical-empirical study, as it sought to analyze the processes involving migration and public security, as well as to analyze the results already obtained in practical work already carried out. Therefore, the basis of this research is the bibliographical and data review and its subsequent analysis. The research concluded that there is an intrinsic relationship between the increase in violence after the arrival of migrants and the lack of investment in a humanitarian and permanent reception for them, as, once there was an increase in the collection in the period, there was not the same increase in investment, demystifying, in part, common sense ideas that blame Venezuelan migrants for all the problems in the state of Roraima.

**Keywords:** Public Security; Venezuelan Migration; Roraima.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Bacharelado em Segurança Pública da UERR.

<sup>2</sup> Professor efetivo da Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais e da disciplina de trabalho de Conclusão de Curso.

## 1. APRESENTAÇÃO

O estado de Roraima passa por um momento singular de sua história, uma vez que, desde o ano de 2015, quando se agravou a crise social, política e econômica na Venezuela (país que faz fronteira com este estado), que contingentes cada vez mais volumosos de refugiados venezuelanos fugindo da fome, da falta de emprego e de outros tantos problemas, buscaram e continuam buscando nesse estado da federação brasileira um lugar para viver e sobreviver perante tantas dificuldades impostas pela vida.

Nos anos seguintes, de 2016 até os dias de hoje, essa migração forçada aumentou significativamente, acarretando inúmeras dificuldades para o estado e levantando diversos debates no seio da sociedade roraimense. Em razão desse processo de migração intensa, foi ficando cada vez mais evidente a falta de condições locais para acolher, abrigar e oferecer alternativas de trabalho a um contingente tão expressivo de pessoas.

Trata-se, portanto, de uma situação bastante desafiadora, especialmente porque, se por um lado, muitos venezuelanos vivem em situação de extrema vulnerabilidade, por outro, tem se mostrado muito limitada a capacidade das autoridades locais para fornecer respostas adequadas a esse fluxo intensivo e concentrado de migrantes. Diante deste cenário, diversos agentes tanto de Estado como não-governamentais e organismos internacionais têm se mobilizado para prestar assistência aos venezuelanos (MILESI et. al., 2018).

Dentre as famílias de migrantes que aqui se encontram, muitas estão vivendo em situação de rua, em uma procura incessante por emprego e por melhores condições de vida. Outras famílias já estão melhor instaladas pelo fato de terem chegado antes desse *boom* migratório, ou por terem parentes ou relações anteriores com o Brasil.

Como resposta a essa crise migratória sem precedentes no extremo norte da América do Sul, o governo brasileiro criou, junto com o exército brasileiro, a Operação Acolhida, com o objetivo de realizar a interiorização de famílias venezuelanas; também planejou e construiu diversos abrigos espalhados pelo estado, com o objetivo de acolher aqueles que se encontram em situação de rua. Nesse contexto, atuam também ONG's como a Caritas, AVSI, entre outras, bem como organizações de acolhimento de refugiados da ONU (Organização das Nações

Unidas) como a OIM (Organização Internacional para Migrações), ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), UNICEF (Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância) e a UNFPA (Fundode População das Nações Unidas), entre outras organizações da sociedade civil.

A articulação entre os governos federal, estadual e municipal no intuito de criar uma política de atendimento e gestão da imigração tem sido criticada pelas implicações desses fluxos concentrados em Roraima. (FGV/DAPP, 2018, p.04) Diante desse rápido e volumoso fluxo migratório, que teve como consequência imediata um crescente número de problemas de diversa ordem, tornou-se comum a ocorrência de episódios de xenofobia por parte da população roraimense.

Acredita-se que a chegada em massa dos migrantes venezuelanos causa um choque cultural, sobretudo pela velocidade da migração e pela grande quantidade de migrantes, fatos que modificaram muito rapidamente a dinâmica da vida cotidiana em Roraima. Mesmo assim, ao observarmos a história da formação da população de Roraima podemos dizer que a região é historicamente formada por povos que migraram de diversos lugares do Brasil e do mundo, tal qual afirma Vale (et. al., 2012).

É fato, portanto, que a migração venezuelana para Roraima trouxe para o estado diversos problemas, sobretudo relacionados com questões públicas e de interesse geral, como saúde, educação, economia, segurança pública, entre outros. Entretanto, como nos mostram Oliveira e Lacerda (2018), há um discurso populista disseminado por parte da mídia e do poder público que tenta difundir a ideia de que há uma grave crise estrutural em todos os setores da sociedade roraimense e que os migrantes venezuelanos são os 'culpados' por esta crise. Este tipo de abordagens tem gerado situações de enfrentamento e de xenofobia.

Em seu trabalho, um estudo sobre como a mídia roraimense tem lidado com a questão, Oliveira e Lacerda (2018) concluem, fornecendo vários exemplos, que é comum um tratamento pejorativo aos migrantes venezuelanos, bem como a incitação à xenofobia, em razão de que é comum que se construa uma narrativa ofensiva, que atribui aos migrantes a causa de, senão todos, de quase todos os problemas que acometem a sociedade roraimense.

Esse discurso incita o fechamento da fronteira e a expulsão desses migrantes. Corroborando com essas ideias, Milesi (et. al., 2018, p.57) nos conta que nessa narrativa construída que responsabiliza os migrantes, exclui-se, ou se

negligencia o fato de que muitos destes problemas observados em Roraima têm causas estruturais e já estavam presentes antes mesmo da atual conjuntura migratória. Para esses autores, esse tipo de discurso xenófobo favorece grupos políticos locais que buscam isentar-se de suas responsabilidades pela precariedade dos serviços públicos, desviando a atenção das reais causas dos problemas e utilizando os imigrantes como bode expiatório.

O objeto da pesquisa se pauta na compreensão da importância de se desenvolver políticas eficazes e permanentes sobre a segurança pública, sobretudo no que diz respeito a migração venezuelana e seus impactos na sociedade brasileira e roraimense. Essa reflexão se faz indispensável por diversos motivos. Em uma primeira questão está o fato de que muitos desses venezuelanos que aqui chegaram estão, aos poucos se incorporando à sociedade roraimense. Por outro lado, o fato de o estado ter uma população relativamente pequena, agrava essa situação, uma vez que mesmo que o número de migrantes não seja tão expressivo do ponto de vista do Brasil como um todo, o impacto em um estado com uma população pequena é muito relevante.

Além disso, há também um caso interessante, o fato de que ao mesmo tempo em que os migrantes venezuelanos aqui chegam e geram custos ao estado, eles também geram receitas e essas receitas tem a necessidade de virar investimento, caso o contrário, ao fim da Operação Acolhida o problema pode se tornar muito maior.

Sabemos que a Segurança Pública (SP) não está somente relacionada com o combate de crimes, pois existem diversas medidas e políticas que podem ser implementadas, principalmente com relação ao desemprego, a educação, saúde que quando não implementadas podem impactar diretamente na SP. Dentro da sociedade roraimense, a chegada dos venezuelanos além de trazer impactos (principalmente na qualidade dos serviços públicos), trouxe também uma nova dinâmica social e principalmente cultural.

Neste contexto, o desenvolvimento de políticas públicas de longo prazo para o acolhimento destes migrantes é essencial. A Operação Acolhida (OA) foi importante em um primeiro momento de extrema vulnerabilidade, não só da população migrante como da própria população local. Todavia, a OA não vai durar pra sempre, nem a atuação das diversas instituições e organizações populares que aqui se encontram. Esse fato leva a um questionamento: O que vai acontecer

quando acabar a OA?

Sendo assim, como problema da pesquisa, foram elencados alguns questionamentos norteadores para a pesquisa, tais como: Quais são os reais impactos da migração venezuelana para a segurança pública em Roraima? Como vem ocorrendo a resposta do Estado para esta questão através de ações, políticas e investimentos na área de segurança pública? Qual a relação entre o suposto aumento da violência, a migração venezuelana e a segurança pública?

Essa pesquisa se mostra relevante, do ponto de vista social pelo fato de que essas discussões sobre um suposto aumento da violência ocasionada pela migração venezuelana é um debate muito latente, tanto na sociedade, quanto no meio acadêmico, principalmente no curso de SP. Outra questão é que vive-se atualmente, não só em Roraima, mas em todo o Brasil e inclusive no mundo, um momento onde os fluxos de informação aumentaram a velocidade. Porém, esse grande fluxo de informações não se reflete em qualidade das mesmas. O limite entre a verdade e a mentira, assim como o limite entre o conhecimento científico e o senso comum também vem, aparentemente, se perdendo.

Apesar de bastante contundente para a sociedade roraimense, a chegada dos migrantes venezuelanos ainda é recente e carece ainda não só de estudos investigativos, mas também de estudos que possam fornecer bases de dados e de considerações que sejam consistentes e confiáveis para subsidiar ações e também políticas públicas no sentido de amenizar as questões que surgiram e surgem a cada dia em que chegam mais venezuelanos no estado.

Do ponto de vista científico o tema ainda é novo, no entanto, sobretudo nas universidades e institutos de pesquisa de Roraima já existem inúmeros trabalhos sobre o tema, relacionando a migração venezuelana com diversas áreas. Alguns desses estudos vêm conseguindo elucidar muitas questões que em nível de senso comum são um 'problema' para a sociedade. Temas estes que quando pesquisados de forma mais profunda, na maioria das vezes revelam verdades contrárias ao que pensa o senso comum.

Frente a esta realidade, e motivado por um discurso de senso comum que atribui aos migrantes venezuelanos um suposto aumento da criminalidade e a conseqüente diminuição da segurança pública em Roraima, decidimos realizar esta pesquisa, que tem como principal objetivo o de analisar os dados de segurança pública no estado entre os anos de 2014 (período anterior ao início da migração

venezuelana) e 2020, no sentido de observar a evolução cronológica desses dados. Como objetivos específicos pretendeu-se aqui averiguar a evolução dos investimentos em segurança pública neste mesmo período e também fazer uma relação entre os dados de criminalidade e de investimentos/ações em segurança pública.

Para lograr êxito na busca pelos objetivos, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o intuito de fazer um levantamento teórico sobre a Segurança Pública e a migração venezuelana. Após esse levantamento as obras de maior relevância foram escolhidas e aprofundadas com o intuito de realizar uma elaboração racional e teórica sobre o tema. Em um segundo momento, através de uma pesquisa de dados nos Anuários Brasileiros de Segurança Pública (ABSP), foram trazidos à tona dados sobre a criminalidade após a chegada em massa dos migrantes venezuelanos. Neste caso o objetivo foi fazer uma compilação destes resultados no sentido de traçar um perfil analítico do problema.

Portanto, esta pesquisa se classifica como um estudo teórico-empírico, uma vez que busca analisar os processos que envolvem a migração e a segurança pública, assim como analisar os resultados já obtidos em trabalhos práticos já realizados. Tem-se então que a base desta pesquisa é a revisão bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda ou parte da bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações (MARCONI e LAKATOS, 1992).

Quanto ao tipo de pesquisa, esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa Básica, uma vez que ela é motivada basicamente pela curiosidade intelectual do pesquisador e situada, sobretudo no nível da especulação e descoberta da verdade, intuindo novos conhecimentos. Quanto ao método da pesquisa, pretende-se utilizar o método dedutivo que parte do geral, princípios tidos como verdadeiros e indiscutíveis, e desce ao particular. Neste caso o ponto chave da dedução é a relação lógica que se estabelece entre as proposições (GIL, 1999).

Quanto à natureza, esta pesquisa se categoriza como qualitativa, uma vez que se busca aqui compreender, com base em dados qualificáveis, a realidade de determinados fenômenos, a partir da percepção dos diversos atores sociais. Quanto ao nível da pesquisa, esta se configura em um nível exploratório. Estas também são,

em geral, desenvolvidas por meio de pesquisas bibliográficas. Conforme salienta Triviños (1987, p. 109), “os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema”. Gil (1999) também salienta que a pesquisa exploratória é desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO.**

### **2.1. ENTENDENDO MELHOR O CONCEITO DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL.**

A segurança pública no Brasil, além de ser um tema complexo, é um tema fundamental. Neste contexto, o Estado é o aparelho burocrático que, de uma certa forma possui o monopólio da violência legítima, uma vez que ao Estado é concedido o poder, através da sociedade, para fazer uso desta violência de forma legítima. Sendo assim, as instituições que compõem o sistema de segurança pública têm a prerrogativa de assegurar que a coerção com legitimidade seja cumprida (WEBER, 2004).

É, portanto, dever do Estado preservar o direito dos indivíduos no seu caráter de cidadãos, velando pelo cumprimento dos direitos humanos fundamentais, entre os quais o direito à vida, à igualdade, à segurança, à liberdade e o acesso à justiça. Todavia, de acordo com Fernandes (2005) a eficiência do Estado brasileiro em garantir esses direitos aos cidadãos é questionável, uma vez que o Brasil apresenta ainda nos dias de hoje, altas taxas de mortalidade por homicídio, sobretudo aqueles cometidos com armas de fogo.

Junto aos dados de mortes violentas, fundamentalmente nas grandes metrópoles, estudos constatam a presença de bandos armados que ocupam territórios e o desenvolvimento de uma sociabilidade que submete populações pobres inteiras à violência. A situação agrava-se quando é constatado que o controle ilegal, o acompanhamento e análise das áreas urbanas e parte destes crimes são cometidos pelos próprios agentes responsáveis por exercer o poder legítimo de uso da violência (Fontoura et. al., 2018, p. 135).

Neste sentido, Scalon (2007) ao realizar um estudo sobre a sensação de insegurança na sociedade brasileira concluiu que tanto entre as elites como entre as

camadas mais pobres a sensação de insegurança é imperativa, inclusive a maioria dos entrevistados em sua pesquisa apontaram a falta de segurança como um dos maiores problemas do país. Dessa forma, se torna mister questionar a legitimidade do Estado com relação a falta de capacidade do mesmo em manter o controle exclusivo do uso da coerção, uma vez que os dados e pesquisas recentes mostraram sua incapacidade para garantir esses direitos aos cidadãos sob sua jurisdição.

Para Scalon (2007) em grande parte das vezes, o próprio Estado está envolvido em atos ilegais e que geram violência. Apesar disso, o autor salienta que o Estado democrático pós Constituição Federal de 1988 (CF/88) vem adotando diversas medidas na área da segurança pública ao longo dos sucessivos governos. Porém muitas dessas leis se apresentam muitas vezes como insuficientes e até mesmo equivocadas, principalmente quando, mesmo após a promulgação da CF/88 os agentes públicos da SP ainda agem sob a égide de regras e práticas institucionais que respondem à lógica do período ditatorial, baseadas em um autoritarismo socialmente implantado.

É importante observar esse fato porque foi na CF/88 a primeira vez que foi dedicado no direito constitucional brasileiro, um capítulo à segurança pública. Trata-se do terceiro capítulo do título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Sobre este fato Fontoura (et. al., 2018 p. 137) versa que

Os capítulos que o antecedem são os que tratam do estado de defesa, do estado de sítio e o referente às Forças Armadas. Para além da discussão acerca da necessidade de se constitucionalizar o tema, caracteriza-se como positivo o fato de que o capítulo se insere na defesa do Estado e das instituições democráticas. Por outro lado, chama atenção a impropriedade de se colocar sob um mesmo título a segurança pública e as questões de segurança nacional, o que significaria uma reprodução da confusão entre uma e outra presente ao longo do regime militar e mesmo antes dele. Isto contribuiria para visão inadequada de segurança pública não como serviço público voltado para o cidadão, mas como matéria voltada a garantir a segurança do Estado.

A questão em debate, neste caso, é sobre o fato de que a CF/88 ao doutrinar sobre a segurança pública, a coloca no mesmo balaio da doutrina de segurança nacional, esta, faz parte do ordenamento jurídico brasileiro desde a década de 1930. A justificativa mais utilizada para que a SP fosse incluída na CF/88 é o aumento expressivo da criminalidade e da violência, sobretudo nos grandes centros urbanos brasileiros.

De acordo com Fiuza (1988) a principal inovação da inserção da SP no texto da CF/88 é o fato de que é estabelecido no texto as competências da Polícia Federal, Forças Policiais, Corpos de Bombeiros, Polícia Judiciária e Guardas Municipais, modificando a lógica constitucional anterior. Nas constituições anteriores, apenas eram definidas as competências e atribuições da Polícia Federal ou a competência da União sobre segurança das fronteiras e serviços de polícia marítima e aérea. Desde a Constituição de 1934, as Polícias Militares estaduais aparecem como reservas do Exército e define-se como competência da União legislar sobre sua organização, instrução, justiça e garantias e sua utilização como reserva do Exército, fato que foi modificado no texto da CF/88, dando mais autonomia aos estados frente à União.

Além dos artigos 5º e 6º da CF/88 que estabelecem a SP como um direito fundamental, o Art 144 prevê que “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.” A grande questão vinculada à este capítulo da CF/88 é o fato de que ao atribuir ao Estado o dever pela segurança pública, acaba por reconhecer que este serviço é público e que deve ser garantido pelo Estado, enquanto que a definição da SP como responsabilidade de toda a sociedade enfatiza a necessidade de que haja participação social nas políticas públicas relacionadas a esse campo. (BRASIL, 1988).

Esses fatos nos levam a concluir que a SP não é apenas uma atribuição do Estado e é também da sociedade como um todo. Para Fontoura (et. al., 2018), neste contexto, o papel da sociedade é o de participar e fiscalizar as políticas, além de colaborar na socialização dos indivíduos e na perpetuação de mecanismos informais de controle social e de autocontrole, partindo da concepção de que não é somente o controle pelo Estado que garante a segurança de todos.

Na leitura do Art.144, há também o conceito de “ordem pública”. Este é primordial para compreender a função do Estado no âmbito da segurança pública e a missão das polícias, sobre este conceito Souza Neto (2008, p. 37) afirma que

este é o que se costuma chamar de conceito jurídico indeterminado, ou seja, o texto constitucional não o define para garantir a discricionariedade da administração pública. Com isso, segundo alguns autores, dá margem a interpretações ambíguas, podendo legitimar práticas autoritárias de manutenção da ordem, pacificação social a qualquer custo e sobretudo preservação da ordem de uns em relação à desordem de outros – neste

sentido, cabe lembrar o fato de que no Brasil, historicamente, as polícias têm sido usadas para garantir o *status quo* e proteger uma classe social em detrimento às outras.

Dialogando com as ideias de Souza Neto (2008), Fontoura (et. al., 2018) explica que a ordem pública também pode ser entendida como a ordem do Estado democrático. Todavia é comum no meio científico relacionar o conceito de ordem pública com segurança, tranquilidade e salubridade, além de noções de ordem moral, política e econômica. Porém para esses autores o principal elemento da ordem pública é a SP e esta última deve ser exercida em função da primeira.

Fiúza (1988, p. 29), define o conceito de ordem pública como

o grau de normalidade da vida social, sendo no sentido mínimo entendida como aquele conjunto de condições elementares, sem as quais não é possível a vida em comunidade civilizada. A ordem pública abrange a salubridade, a tranquilidade e a própria segurança pública (...)

Voltando ao Art. 144, o mesmo define quais são os órgãos públicos responsáveis institucionalmente pela ordem pública que são: “I – Polícia Federal; II – Polícia Rodoviária Federal (PRF); III – Polícia Ferroviária Federal; IV – Polícias Civis; V – Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares”. Sobre este fato, diversos autores indagam sobre a validade de um texto constitucional chegar ao detalhe de enumerar os órgãos federais e estaduais que devem se encarregar da segurança pública. Uma prova deste erro é, por exemplo, a inclusão da Polícia Ferroviária Federal, que, na prática, nunca existiu (SOUZA NETO, 2008).

Ao criticar o texto, Souza Neto (2008) atenta para o fato de que o capítulo da CF/88 que define as prerrogativas e a organização da SP apenas elenca órgãos de natureza policiais e não incorpora o papel do Ministério Público (MP), do Judiciário ou dos agentes penitenciários neste campo de atuação do Estado. Para o autor “Isto corrobora uma visão de segurança como repressão policial, que pode ser avaliada como limitadora e produtora de políticas pouco eficientes, porque restritas” (p, 19).

Sobre este fato Coelho (1989 p. 1003) afirma que

Andaram mal os constituintes ao imporem aos estados uma mesma e igual organização das forças policiais. Uma das consequências desta excessiva padronização, desta indiferença pelas diferenças, será inevitavelmente transformar em letra morta os dispositivos constitucionais no âmbito das atividades práticas das agências policiais.

Além destes questionamentos Souza Neto (2008) afirma que a forma como o tema da SP se inseriu na CF/88 trouxe inúmeras continuidades do período da ditadura militar, sobretudo em questões que são de grande importância para consolidação da democracia. Para o autor, apesar dos avanços obtidos com a inclusão da SP no texto da CF/88 a atuação dos policiais e as penitenciárias passaram ao largo da Constituição.

O ponto central desta crítica é o fato de que a sociedade brasileira saía, através da CF/88, de um período de mais de 20 anos de regime militar, onde as forças policiais foram utilizadas para repressão ideológica em amplos sentidos. Neste sentido o texto da CF/88 não propõe grandes rupturas. Entre as continuidades mais preocupantes estão o modelo dual de polícias, onde a Polícia Civil (PC) fica encarregada em apurar as infrações e a Polícia Militar (PM) do policiamento ostensivo, servindo também como forças auxiliares do Exército. Além disso, há também outras continuidades como a permanência da justiça militar e dos direitos do apenado que já eram previstos na Lei de Execução Penal, de 1984 (SOUZA NETO, 2008).

## **2.2. A MIGRAÇÃO VENEZUELANA E AS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA EM RORAIMA.**

### **2.2.1. Entendendo a migração venezuelana através das teorias sobre migração.**

O termo migração é, em geral, um termo de uso corrente nos dias de hoje no atual contexto da globalização e de intensa mobilidade humana. Todavia ao buscar aprofundar o conceito, há um imenso campo conceitual que envolve inúmeras categorias, com divisões e subdivisões e diferentes métodos, processos e cenários de análise. Esta constatação nos alerta para o fato de que estudar migração é uma tarefa complexa, sobretudo frente às diversas abordagens conceituais e metodológicas passíveis de serem adotadas. Todavia essa multiplicidade de abordagens pode ser, por outro lado, muito produtiva.

Durand & Lucci (2015) em vasta reflexão conceitual e metodológica sobre o tema, consideram a importância de que se tenha uma organização metodológica para o estudo das migrações, uma vez que independentemente do tipo de migração, ou da forma de estudá-la é necessário que o estudo tenha princípios metodológicos claros e organizados, capazes de abarcar a complexidade da realidade estudada e a

multidisciplinaridade do conceito.

Dentro deste contexto, com relação às migrações de venezuelanos para Roraima e para o Brasil, muitos autores como, por exemplo, os trabalhos de (Oliveira, 2021; Souza, 2021) que versam, respectivamente, sobre questões relativas à migração venezuelana nas áreas de saúde e da educação, optaram por adotar como forma de compreender tal processo migratório o conjunto de teorias denominadas de teorias “macrossociológicas”.

Tais teorias, de uma forma geral, privilegiam o cunho coletivo como fator determinante para o estudo migratório; ou seja, neste caso são as macroestruturas sociais que condicionam, sob diversas formas, as decisões migratórias dos agentes sociais e dos indivíduos. Em outras palavras, essas teorias acreditam que existem forças estruturais sociais maiores, que interferem e muitas vezes determinam a ação individual de migrar (PEIXOTO, 2004).

Portanto, nessa concepção, o modelo empregado para análise da migração tem de levar em consideração, não só os fatores expulsivos e atrativos, mas também deve considerar as condições sociais, culturais e subjetivas em que tais fatores operam, tanto com relação à origem do migrante, como com relação ao destino.

Sendo assim, a migração é considerada como um processo de mobilização social e a análise da migração deve se dar em três níveis: O nível ambiental, composto pelos fatores de expulsão e de atração, pela natureza e condições das comunicações, de contato e acessibilidade existentes entre as áreas de origem e destino; O nível normativo, composto pelos papéis, expectativas e padrões de comportamento socialmente institucionalizados em relação com a origem e o destino do migrante; e o nível psicossocial, onde se consideram as atitudes e expectativas dos indivíduos concretos (GERMANI, 1974).

O mais importante do uso deste tipo de análise das migrações no caso das migrações venezuelanas para Roraima e para o Brasil é que de acordo com essas teorias as migrações são sempre historicamente condicionadas e são o resultado de um processo global de mudança, processo esse que é indissociável das migrações contemporâneas. A migração está diretamente associada com o desenvolvimento do capitalismo, principalmente com o processo de produção por ele provocado. Neste sentido o principal motor dos movimentos migratórios são as desigualdades regionais, ocasionadas principalmente pela concentração das atividades econômicas

(SINGER, 1976).

Singer (1976), importante teórico da economia e das migrações no Brasil, enfatiza que é necessário que, neste contexto, se leve em conta que há a atuação de dois tipos de fatores de expulsão do migrante: os fatores de mudança ou os de estagnação. Ou seja, a introdução de relações capitalistas causa mudança, mas também a não adequação a esses novos paradigmas e processos de produção podem causar estagnação.

O autor ainda aponta que a baixa qualificação dos migrantes, a insuficiência de recursos, a oferta de trabalho menor que a demanda, o fato de a demanda por mão-de-obra crescer menos que o produto e a marginalização do migrante, são fatores que influenciam diretamente no contexto migratório. Dentro das teorias macrossociológicas há uma crítica a noção de que as migrações geram um equilíbrio estável. Tal noção sugere que uma mudança causada por movimentos migratórios provoca a ação de forças contrárias que atuam no sentido de restaurar a situação de equilíbrio perdida.

Contudo esse conjunto de teorias acredita que a mudança pode, na verdade, provocar novas mudanças que farão o sistema se movimentar na mesma direção para a qual foi impelido pela mudança inicial, não havendo restauração do equilíbrio. Neste sentido as teorias mostram que os processos sociais tenderiam a se tornarem cumulativos, aumentando gradativamente a sua força (SANTOS et. al., 2010).

Por fim, os teóricos desta corrente estudados acreditam que a migração, em seu processo temporal, tende a se tornar um processo “auto-reforçado” que possuiria uma dinâmica própria. Todavia, esse processo não é necessariamente cumulativo, principalmente por estar sujeito a mudanças nos contextos social, político e econômico que sem dúvida afetariam seu funcionamento (SANTOS, et. al., 2010).

De acordo com Souza (2021), a migração venezuelana em massa se inicia a partir do ano de 2015. Após isso e até os dias atuais os migrantes venezuelanos foram gradativamente chegando ao Brasil. Para este autor

a migração venezuelana não é uma migração individual, ou seja, por escolha própria, sejam elas vinculadas pelas teorias micro-sociológicas neoclássicas ou às teorias de capital humano. Trata-se, na verdade, de uma migração forçada por um contexto político e econômico exógeno e coletivo que está muito mais ligado aos pressupostos das teorias macro-sociológicas e histórico-estruturalistas (SOUZEDO, 2021 p. 64).

Outro fato importante é que na maioria das análises sobre a migração venezuelana os autores atribuem os motivos da migração por questões econômicas, onde os fatores de expulsão são muito mais relevantes que os fatores de atração. Abrahão (2019) em sua dissertação de mestrado que versa sobre os pedidos de refúgio de venezuelanos em Roraima, nos fala sobre essa relação entre fatores de expulsão e de atração

No contexto migratório de venezuelanos em Roraima, os fatores de expulsão dos imigrantes oriundos da Venezuela são muito mais significativos que o fator de atração. A grave crise econômica que assola o país impulsiona a imigração. Por outro lado, em Roraima, os fatores de atração não estão na mesma ordem, ao contrário, não há emprego suficiente para todos os migrantes, o idioma português é diferente e a cultura é distinta. (ABRAHÃO, 2019, p. 20).

Baeninger (2018), uma das mais importantes teóricas das migrações, que estuda as migrações mercosulinas e conseqüentemente as migrações venezuelanas para o Brasil e para Roraima, demonstra em seus diversos trabalhos a proximidade desse tipo de migração com as teorias macrossociológicas. A autora propõe uma análise das migrações venezuelana através da leitura proposta por Singer (1976), quando o mesmo levanta as questões de “fatores de mudança” e “fatores de estagnação”.

Segundo Baeninger (2018), o grande fluxo de migrantes se torna realmente volumoso a partir do ano de 2016; entretanto, ao analisar os fluxos migratórios da Venezuela para o Brasil, entre os anos de 2000 e 2016, essa autora concluiu que 9.723 migrantes chegaram ao Brasil, principalmente nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro. Neste caso, a migração foi seletiva e individual, composta por pessoas com alta qualificação profissional e a maior parte desses migrantes com visto de trabalho. Esse tipo de migração demonstra uma relação com os “fatores de mudança” na sociedade de origem, vinculados à mobilidade do capital transnacional.

Por outro lado, ao analisar as migrações venezuelanas para o Brasil após o ano de 2016, a autora relaciona a modalidade de migração com os “fatores de estagnação” propostos por Singer, uma vez que “com o acirramento da crise econômica no país de origem conduziram a chegada pela fronteira de populações de classe média, num primeiro momento, e, mais recentemente, de uma população venezuelana empobrecida” (BAENINGER, 2018 p. 137).

## **2.2.2. Algumas considerações sobre a migração venezuelana para Roraima.**

Conforme já exposto na apresentação deste trabalho, existe um embate ideológico relacionado a migração venezuelana e o senso comum da sociedade roraimense. Neste contexto, onde parte da sociedade roraimense atribui a 'culpa' de quase todos os problemas sociais e econômicos locais aos migrantes venezuelanos, Oliveira (2021) investigou em sua dissertação de mestrado sobre a narrativa de que os migrantes venezuelanos causaram um colapso na saúde do estado de Roraima.

A autora então investigou a relação entre o aumento na arrecadação que ocorreu com a chegada desses migrantes e o consequente aumento de investimento na área da saúde. Sua pesquisa constatou que apesar que a arrecadação ter aumentado na ordem de 35% os investimentos cresceram apenas 2%, ou seja, houve aumento da demanda e da arrecadação, mas não houve aumento no investimento.

Sendo assim pode-se dizer que esta pesquisa evidenciou-se a desconstruir a narrativa de que o colapso no sistema de saúde de Roraima é culpa exclusiva da chegada de migrantes venezuelanos. Ao contrário disso, os dados e estudos levantados e analisados, demonstraram que não houve um investimento proporcional ao aumento da demanda e a resposta das autoridades sobre a questão foi a de criar uma narrativa xenófoba que os exime das responsabilidades legais, sobretudo com relação ao aparelhamento devido do SUS para o enfrentamento da 'crise' (OLIVEIRA, 2021, p. 09).

Em outro estudo recente Souza (2021) ao estudar a incorporação dos migrantes venezuelanos no sistema de educação pública de Roraima, demonstra que, apesar de o número de estudantes venezuelanos matriculados em escolas roraimenses passar dos dez mil e de os venezuelanos serem hoje o maior contingente de estudantes migrantes matriculados em escolas brasileiras, não há nenhuma política pública oficial de se utilizar a escola como um fator de acolhimento e de incorporação na sociedade roraimense.

Para Souza (2021 p. 134)

No caso de Roraima e do acolhimento e inserção dos migrantes na escola e na sociedade através da escola, vimos, nos resultados desta pesquisa, que não há um esforço coletivo, direcionado e organizado no sentido de se utilizar o potencial da escola nesse contexto. O Estado vem constantemente, através de diversos governos, sendo sistematicamente

negligente com a educação; acreditamos que esta negligência tem uma relação direta com a manutenção do poder pelos mesmos grupos e oligarquias políticas que fazem da falta de conhecimento da população em geral, uma arma para seus interesses próprios.

Estes trabalhos dialogam com a presente pesquisa porque quando falamos em SP, pressupõe-se que para que haja uma melhora é necessário que se tenha investimentos em áreas fundamentais. Um acolhimento inteligente e humanitário ao migrante faz com que este se incorpore de forma mais pacífica e justa na sociedade que os recebe e conseqüentemente afasta o migrante de possíveis problemas com a lei. Nas palavras de Souza (2021 p.134)

Portanto, receber os migrantes, acolhe-los e dar oportunidades para que eles vivam com dignidade é uma atitude, no mínimo, inteligente, uma vez que em um futuro próximo esses migrantes serão – de uma forma ou de outra – incorporados nas sociedades que os recebem. Neste processo, a escola e a educação como um todo deveriam ser pontos fundamentais, pilares de sustentação, uma vez que não existe outra instituição capaz de integrar migrantes na sociedade como a escola é capaz

Outro importante trabalho, realizado por Rodrigues & Sarmiento (2018), discute os paradoxos de acolhimento de migrantes venezuelanos em Roraima realizando um debate sobre violência e xenofobia na sociedade roraimense. Tais autoras demonstram diversas reações negativas e xenófobas da população de Roraima com esses migrantes e evidenciam a forma como a sociedade roraimense culpa os venezuelanos por diversos problemas (problemas esses que segundo elas já eram estruturais de Roraima, e que existiam, portanto, antes da chegada dos venezuelanos), dentre os quais: o aumento da violência, a superlotação do sistema de saúde, o aumento de moradores de rua, fechamento das fronteiras.

Ao longo de sua análise as pesquisadoras fazem uma analogia do perfil da vulnerabilidade social dos migrantes venezuelanos com as populações socialmente mais vulneráveis do Brasil. A partir desta analogia, evidenciam a realidade do contexto da migração com a atuação do capital, em nível de sistema-mundo, apontando para um contexto de crise migratória mundial em um contexto de análise histórico-estruturalista.

Ao comparar a realidade dos migrantes venezuelanos em Roraima e o tratamento dado a eles com as populações brasileiras vulneráveis as autoras minimizam a “rivalização” e demonstram a atuação de forças exógenas que vão

além da nacionalidade de um ou de outro.

A população pobre brasileira se enfrenta cotidianamente, nas periferias das cidades nacionais e no campo, com as mesmas condições de existência relegadas aos imigrantes pobres que chegam ao Brasil pelo estado de Roraima. Isto é, negligências, maus tratos, desrespeito, violência simbólica e física, nos hospitais, outros estabelecimentos de saúde e demais estabelecimentos, truculência policial, assassinatos, criminalização etc. Nesse sentido, a crise humanitária venezuelana, oportuniza ampliar o conhecimento sobre a própria sociedade brasileira. E, portanto, cabe pensar se a discriminação contra esses imigrantes e refugiados, que às vezes resulta em atos extremamente violentos e às vezes fatais, pode ser traduzida pela palavra xenofobia (RODRIGUES & SARMENTO, 2018, p. 246).

As autoras buscam demonstrar o caráter mundial da xenofobia e que a aversão a estrangeiros é em geral relacionada à pobreza e à situação de vulnerabilidade social. Não obstante, elas demonstram que o capital, além de impulsionar a migração através da desigualdade econômica própria deste sistema, ainda acaba por fomentar o conflito de classes travestido de xenofobia.

Com base nesse pressuposto, elas relacionam a crise política e econômica brasileira e mundial com esse contexto e demonstram, por fim, que agentes sociais em Roraima (governo, mídias locais e políticos), acentuam esse discurso “pseudoxenofóbico” em benefício próprio.

Definir parcela da população do estado ou do Brasil como xenofóbica, a nosso ver, talvez mais do que explicar o fenômeno obscureça questões nacionais graves que resultam na reprodução de formas de dominação política, econômica e social. [...] Basta lembrar que no Brasil, assim como no mundo, a flexibilização do trabalho, a progressiva perda de direitos e a criminalização das organizações sociais, dentre outras consequências, vem historicamente limitando a classe trabalhadora não apenas no seu aspecto econômico, mas, sobretudo, fragilizando-a na sua capacidade de organização social e formação política. Débil em seu empoderamento político e social, a subjetividade das pessoas tende a ser cooptada favorecendo assim a aceitação e reprodução do discurso do “opressor” (RODRIGUES & SARMENTO, 2018 p. 247).

Em suma, sabemos que esses trabalhos aqui apresentados, debatem apenas algumas questões sobre a realidade das migrações venezuelanas para o Brasil e em especial para Roraima. Existem inúmeros outros autores e inúmeros outros debates, contextos e situações que vêm sendo enfrentadas pela sociedade mundial, brasileira, venezuelana e roraimense em relação aos fluxos migratórios contemporâneos.

O que pretende-se evidenciar é que, para compreender esse contexto tão complexo, existem teorias e métodos capazes de dar subsídios para os pesquisadores em relação a diferentes aspectos e temas que conformam esse campo semântico. Feitas essas considerações, podemos afirmar, com base nessas pesquisas sobre as migrações venezuelanas para Roraima, que essas são migrações forçadas, impelidas por uma grave crise econômica e do capital e que já é vigente em escala global, cujos processos migratórios estão intimamente ligados.

O mesmo capital que seleciona lugares e provoca desigualdades, não arca com as consequências desses processos, sendo a sociedade civil, sobretudo as camadas mais vulneráveis, que acabam por 'pagar a conta', fato que se nota neste contexto. Uma vez que esses migrantes chegam ao seu destino, independente da capacidade de absorção da sociedade em que chegam, eles passam, com o tempo, a integrar essa sociedade, sobretudo através do trabalho, como demonstra Sayad (1998) em sua teoria dos paradoxos de alteridade.

Nesse construto teórico, Sayad (1998) defende a tese de que a principal realização do migrante é a conquista do trabalho, para assim se inserir de fato na sociedade de destino. Nesse contexto de acolhimento, multiculturalismo e alteridade, quando o migrante não consegue alcançar as possibilidades básicas de sobrevivência como saúde, educação, moradia, emprego, corre-se o risco de um aumento na violência social em vários sentidos, não só relativo à criminalidade, através do aumento de ocorrências relativas a furtos, roubos e homicídios, mas também com o trabalho em condições análogas à escravidão, a prostituição, tráfico de pessoas e de drogas, entre outros crimes.

### **2.2.3. Alguns dados sobre a migração venezuelana para Roraima.**

De acordo com Souza (2021 p. 89)

o problema da migração venezuelana para Roraima, não se resume à grande quantidade de venezuelanos que chegam; quando esses contingentes chegam, se deparam com grave situação de vulnerabilidade social histórica e endêmica, que já existia muito antes da chegada desses migrantes. É óbvio que a situação se agravou com a chegada de sucessivas levas de venezuelanos. Todavia, aproveitando dessa situação, diversos setores, desde as elites até as classes mais baixas (que inclusive sofrem da mesma desassistência do Estado) "culpam" os venezuelanos por todos os problemas que impactam sobre a modesta e arcaica estrutura de serviços prestados pelo Estado, em Roraima.

Porém, na contramão de discursos xenófobos oficiais, de redes sociais e de grandes mídias, diversos trabalhos científicos evidenciam que se por um lado a migração traz diversos problemas, por outro ela modifica positivamente a sociedade. Algumas dessas modificações positivas, como evidencia o relatório da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre dados econômicos da migração em Roraima, apontam para fatos como: o crescimento observado do PIB de Roraima foi de 2,3%, enquanto, na média dos estados brasileiros, foi de 1,4%. Além disso, houve um aumento do grau de diversificação econômica em Roraima da ordem de 8%, o que não foi verificado para o resto da região Norte ou para a média dos estados brasileiros. Roraima se tornou o estado com o maior aumento de área plantada (28,9%); O comércio varejista em Roraima cresceu, assim como o valor exportado pelo estado (FGV/DAPP, 2020).

Como se percebe, o exemplo acima contraria os argumentos em geral empregados pelo senso comum, que afirma que a situação econômica piorou depois da migração; longe disso, eles demonstram que a economia roraimense teve desempenho melhor que o restante da região e do país depois da chegada dos migrantes venezuelanos. Além disso, com a migração venezuelana surge uma espécie de “economia humanitária”, composta pela atuação de uma série de organismos nacionais e internacionais que lidam com os refugiados e imigrantes, acarretando um expressivo aumento da arrecadação de ICMS em Roraima até 2019, chegando a um patamar de 25% de aumento (FGV/DAPP, 2020).

Tal relatório também aponta para problemas como o aumento do desemprego e a superlotação de hospitais e presídios (que já eram superlotados) provocando inclusive a instauração de uma força tarefa na Penitenciária Agrícola Monte Cristo (PAMC). Porém, ao mesmo tempo houve um aumento significativo na arrecadação mais que suficiente para cobrir os gastos adicionais do estado. Para Souza (2021) os migrantes venezuelanos já não são mais uma realidade distante; eles já fazem parte atuante da sociedade roraimense, apesar de ainda serem marginalizados de diversas formas.

De acordo com dados da FGV/DAPP (2020) que compila dados de diversos órgãos e instituições que atuam no contexto da migração venezuelana, desde 2015 até o final de 2019, 4,7 milhões de venezuelanos abandonaram aquele país; destes,

cerca de 264 mil solicitaram refúgio ou residência em Roraima. Desse montante, até 2019, haviam sido interiorizados oficialmente, através da Operação Acolhida, cerca de 27 mil venezuelanos. Todavia, acredita-se que uma ordem de 25 mil realizaram interiorização por conta própria. Sendo assim, estima-se que, ao final de 2019, já haviam cerca de 200 mil venezuelanos em Roraima, sendo que a maioria (cerca de 75%) viviam então na capital Boa Vista.

Isso significa dizer que houve um aumento significativo na população. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que em 2014 a população de Roraima era de 496.936 habitantes. Em 2021 a população é estimada em 652.700 habitantes, fato que demonstra um aumento significativo e muito rápido da população do estado. Da mesma forma que os números de população cresceram, outros números relativos a outras questões também sofreram alterações drásticas.

Sendo assim apresentaremos no próximo item alguns dados de SP disponibilizados através dos Anuários Nacionais de Segurança Pública (ANSP), entre os anos de 2014 e 2020. Neste contexto, nos limitaremos a analisar principalmente o número de homicídios, uma vez que a brevidade desta pesquisa não permite a análise de dados mais complexos (inclusive pela falta de disponibilidade desses dados).

### 2.3. DADOS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA EM RORAIMA (2014-2020).

Em uma edição especial do ANSP (2018 p. 121) que versou sobre os dados de SP no estado de Roraima entre os anos de 2014 e 2017 o relatório destacou que

a crise pela qual passa o Brasil é sentida, em Roraima, de um modo diferenciado. A energia elétrica que provém da Venezuela e abastece os roraimenses é uma ferida aberta para a economia local. Não bastasse essa dependência, a crise da imigração exige, por sua vez, um segundo sacrifício: a entrada irrestrita e sem fiscalização de milhares de pessoas carentes de recursos e de assistência.

Estes são, de fato, alguns dos problemas atuais de Roraima. Existem muitos outros. Todavia, problemáticas típicas como segurança pública, educação, saúde, geração de empregos, etc., somadas a estas novas circunstâncias, levam à necessidade de pensarmos esta conjuntura em sua singularidade. De acordo com o

relatório, em 2014, as mortes violentas intencionais foram contabilizadas em 78, enquanto no ano de 2017 foram registradas 230. O Homicídio doloso saltou de 72 (2014) para 212 (2017) demonstrando alta de 180% em comparação com 2014 (Gráfico 01).

Em relação às informações quanto ao sistema prisional, a população carcerária total no estado constava em 1604 (2014) e saltou para 2339 (2017) apontando um crescimento de 41,3% no período. A taxa de latrocínio cresceu 122%; a de lesão corporal seguida de morte 375,4%, enquanto que o aumento no investimento foi de 32,4% no período, o que culminou em um gasto total de R\$ 411 Milhões em 2017, assim como um gasto *per capita* de R\$ 799,00 no mesmo ano.

**Gráfico 01 – Número de Homicídios dolosos em Roraima (2014 – 2017).**



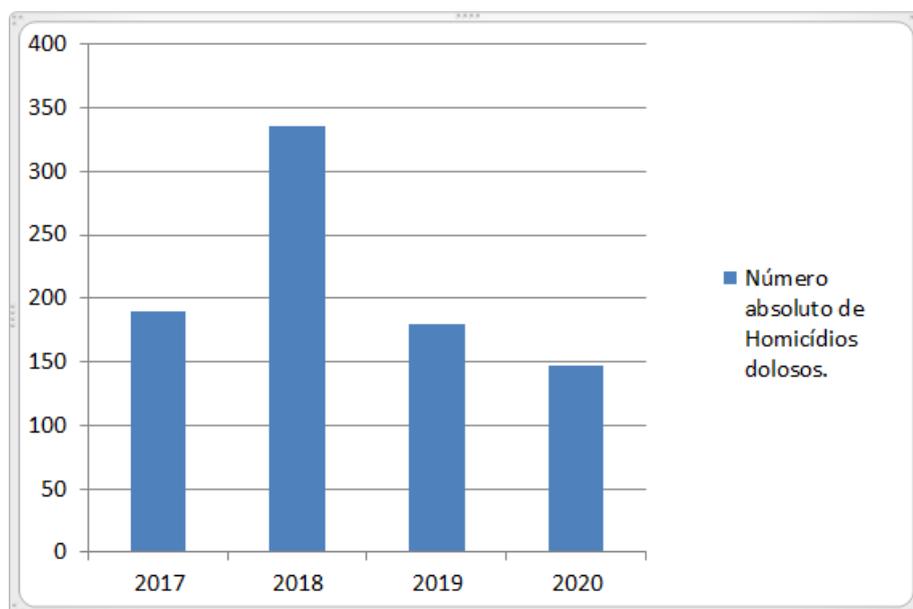
FONTE: ANSP (2018).

Entre os anos de 2017 e 2018 os números absolutos de homicídio doloso em Roraima aumentaram de 190 (2017) para 336 (2018), havendo variação de 60,3% no período. Já no período entre 2019 e 2020 os números foram de 180 (2019) para 147 homicídios em 2020 demonstrando uma queda na ordem de 21,6% (Gráfico 02). Com relação às Mortes violentas intencionais (MVI) os dados mostram que entre 2017 e 2018 houve um aumento no número absoluto de 211 (2017) para 384 (2018) totalizando uma evolução de 65%. Porém em 2019 foram registradas 219 MVI e em 2020, 184 MVI, havendo uma redução de 19,4% no período (ANSP, 2021).

Os dados de gastos totais com SP (Gráfico 03) demonstraram que foram empenhados R\$ 411.082.434,08 (2017) e 378.692.544,35 (2018), totalizando uma

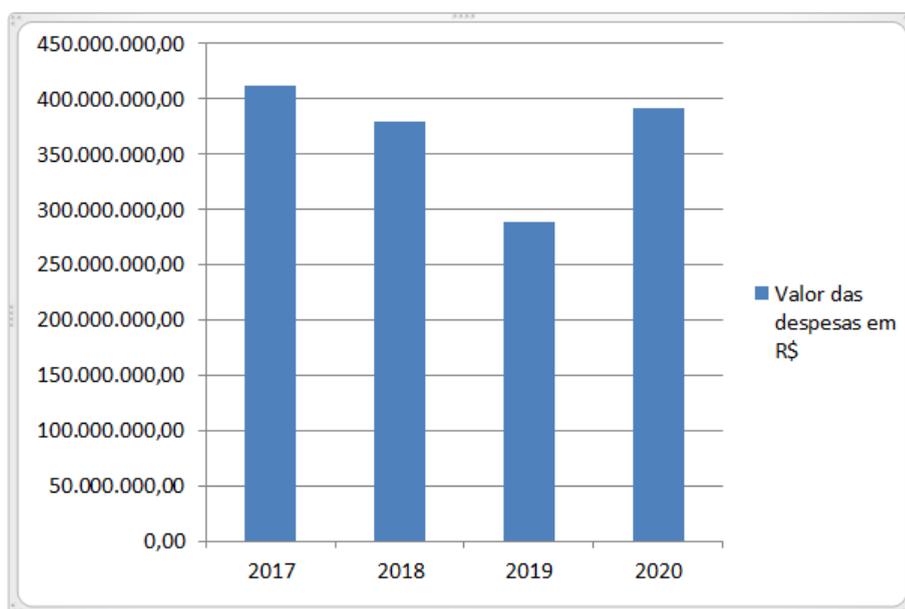
queda no investimento na ordem de 7,9%. Já nos anos subsequentes foram gastos R\$ 288.197.942,22 (2019) e 391.178.398,82 (2020), onde apesar de ter havido uma queda entre 2017 e 2019, houve um aumento entre 2019 e 2020 de 35,7% (ANSP, 2021).

**Gráfico 02 – Evolução dos Homicídios Dolosos em Roraima (2017 – 2020).**



Elaborado pelo autor com dados do ANSP (2021).

**Gráfico 03 – Total de gastos com segurança pública em Roraima (2017 – 2020).**



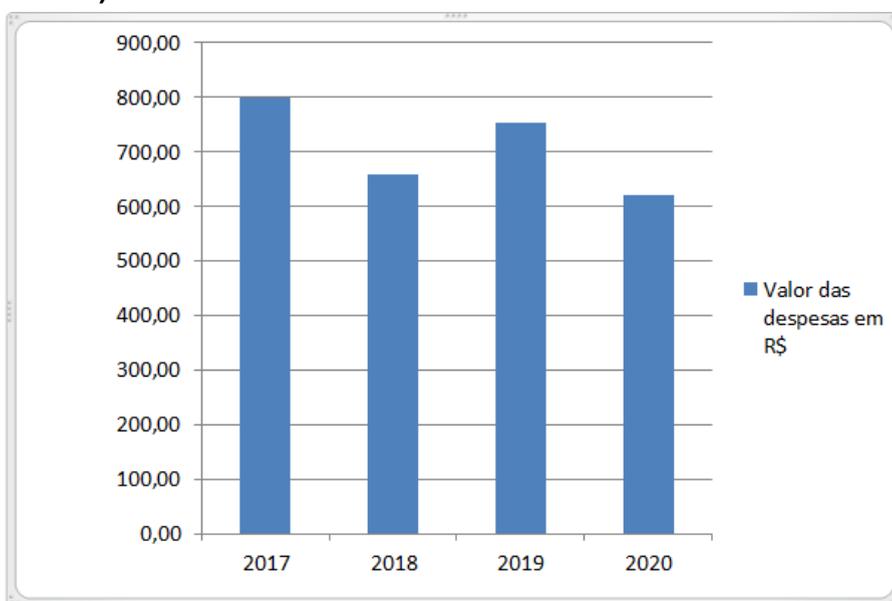
Elaborado pelo autor com dados do ANSP (2021).

Com relação ao gasto *per capita* (Gráfico 04) as cifras foram de R\$ 799,42 (2017) para R\$ 656,80 (2018) com uma redução de 17,8%. Nos anos subsequentes os gastos foram de R\$ 752,27 (2019) e R\$ 619,70 (2020) também totalizando uma redução no período de 17,6% (apesar de um relativo aumento entre 2018 e 2019).

A análise dos dados nos mostra que com relação aos homicídios dolosos entre 2014 e 2020 houve entre os anos de 2014 e 2018 um aumento vertiginoso do número de homicídios no estado, esse número diminuiu pós 2018. Sobre essa questão destaca-se o fato de que no ano de 2018 (ano em que houve um maior pico de homicídios) foi também o ano em que foram empenhados menos recursos na SP.

Na medida em que o investimento aumentou o número de homicídios caiu, fato que demonstra como existe uma relação proporcional entre o investimento e a criminalidade. Outro fato interessante é que apesar de a população do estado ter aumentado consideravelmente no período (2014 – 2020) o investimento não teve um aumento proporcional, o que explica o fato de que mesmo que o investimento se mantivesse basicamente no mesmo nível, o investimento *per capita* caiu.

**Gráfico 04 – Total de gastos *per capita* com segurança pública em Roraima (2017 – 2020)**



Elaborado pelo autor com dados do ANSP (2021).

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

O ano de 2014 pode ser considerado como um marco na medida em que a decadência da economia venezuelana gera a imigração que hoje representa, talvez, o maior desafio a ser tratado pelo estado de Roraima. Há a necessidade de se entender essa situação de forma sistêmica e também através de suas repercussões sociais, culturais, educacionais, políticas e econômicas.

Os dados obtidos através dos relatórios dos ANSP afirmam a tese de que apesar de ser fato que houve um aumento na violência com a chegada dos migrantes venezuelanos, esse aumento não é pelo fato de que esses migrantes são violentos por serem venezuelanos, mas, sobretudo, pelo fato de que muitos desses migrantes vivem em situação desumana, sem contar os obstáculos relacionados à língua e à cultura. Esses migrantes, sem os devidos cuidados de saúde, alimentação e moradia, são, metaforicamente dizendo, como que uma incógnita de decisões que estabelecem como normal esta situação de miséria e desamparo. Então, de sua parte, o imigrante oferece, quase que como regra, uma mão de obra precária nas ruas da cidade.

Neste contexto a análise desses dados demonstra que acolher esse migrante, através de políticas públicas eficientes e perenes é um dos maiores desafios de Roraima e do Brasil. Todavia, a anos luz desta inclusão e acolhimento, os casos de preconceito aumentam dia a dia, pois, na medida em que a população sem trabalho fixo cresce, decorre, quase que automaticamente, uma aceleração exponencial da violência.

Sendo assim, o roraimense sente, nas ruas, uma estética da miséria, porque vê diariamente milhares de pessoas viverem em situações insalubres. Infelizmente, sua generosidade, muitas vezes, é arrebatada por um sentimento de indignação e revolta por não haver políticas públicas ou ações governamentais que solucionem este descaso. O Estado de Roraima, posto sob estas novas circunstâncias supracitadas, carece de melhorias em áreas estratégicas como a da segurança pública, saúde, educação, geração de empregos, entre outras.

Foi possível concluir também que apesar de ter havido um aumento na arrecadação e no contingente populacional, não houve um aumento na mesma ordem de gastos em áreas essenciais como o caso da SP. Mesmo assim o montante gasto, muitas vezes é gasto sem um projeto que possa, a longo prazo estabilizar ou

equilibrar a situação de crise com uma inserção mais acolhedora desses migrantes na sociedade brasileira e roraimense. Neste sentido, não basta apenas injetar dinheiro nas polícias, é preciso investir também em questões como a geração de empregos, educação, moradia, saúde para que esse quadro sofra alguma alteração positiva.

## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, B. A. Estratégia migratória dos refugiados em Roraima nos anos de 2014 a 2017 / **Dissertação de mestrado** apresentada no Programa de Pós-graduação em sociedade e fronteiras – PPGSOF da Universidade Federal de Roraima - UFRR – Boa Vista, 2019. 108 f. : il.

ANSP. **Anuário Nacional de Segurança Pública**. ISSN 1983-7364 • ano 15 • 2021

ANSP. **Anuário Nacional de Segurança Pública**. Edição especial. 2018.

BAENINGER, R. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In **Migrações Venezuelanas** / BAENINGER, R; JAROSHINSKI, J. C. (Coord); – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil:

Disponível:[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_29.03.2012/CON1988.shtm](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.shtm). Acesso em: 23 de maio de 2020. 1990.

COELHO, E. C. Constituição e segurança pública. **Indicador, Rio de Janeiro, n. 28, p. 1.003-1.006, jan./mar. 1989.**

DURAND, J; LUSSI, C. **Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações**. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

FERNANDES, R. C. **Brasil: as armas e as vítimas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

FGV DAPP; **Desafio Migratório Em Roraima: Repensando a política e gestão da migração no Brasil**. Rio de Janeiro. 2018;

FGV DAPP; **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano** [recurso eletrônico] : evidências e subsídios para políticas públicas / Fundação Getúlio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas. - Rio de Janeiro. 2020;

FIÚZA, R. **Anteprojeto do relator da subcomissão IV-b**. Relatório. Brasília, 1987-1988

FONTOURA, N. O; RIVERO, P. S; RODRIGUES, R. I. Segurança pública na constituição federal de 1988: continuidades e perspectivas **bps\_n.17\_vol03\_segurana\_publica. 2018**

GERMANI, G. **Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina**. São Paulo, Mestre Jou, 1974, 261 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4a ed. p.43 e 44.

MILESI, R; COURY, P; ROVERY, J; **Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual**. Aedos, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 53-70, Ago. 2018.

OLIVEIRA, M. N. Confluências entre saúde e migrações em Roraima. **Dissertação de Mestrado** apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. 100 fls. 2021.

OLIVEIRA, I. A. D; LACERDA, E. G **Imigração venezuelana e xenofobia em Roraima, Brasil in Migrações Venezuelanas** (Coord.) BAENNINGER, R; JAROCHINSKY SILVA, J C, Unicamp, 2018;

PEIXOTO, J. **As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas**. SOCIUS Working Papers, Nº 11/2004.

RODRIGUES, F. S; SARMENTO, G. G. S. **Entre a acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil**. in Migrações Venezuelanas / BAENNINGER, R; JAROSHINSKI, J. C. (Coord); – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

SANTOS, M. A. dos; BARBIERI, A. F; CARVALHO, J. A. M; MACHADO, C. J. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias** - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SAYAD, A. A **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCALON, C. Justiça como igualdade? A percepção da elite e o povo brasileiro. Sociologias, **Porto Alegre, ano 9, n. 18, p.126-149, jun./dez. 2007**.

SINGER, P. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado**. In: MOURA, H. A. (org.) Migração interna, textos selecionados. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 211-244, 722p, 1976.

SOUZA NETO, C. P. Segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas. **Atualidades Jurídicas (Revista eletrônica da OAB), n. 1, mar./abr. 2008**

SOUZEDO, Y C. A visão dos profissionais da educação no contexto do acolhimento e inserção de migrantes venezuelanos nas escolas estaduais de Roraima: estudo de casos / Yves de Carvalho Souza. **Dissertação de mestrado**. Universidade federal de Roraima– Boa Vista, 2021. 148 f. : il.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa**

**qualitativa em Educação.** São Paulo: Editora Atlas, 1987.

WEBER, M. **Economia e sociedade.** Brasília: UnB, 2004.